



QUESTÃO AGRÁRIA, ESCRAVISMO E VIOLÊNCIA

Fabiana Gonçalves
Edite Magri
Adriana Batista de Oliveira
Lucas Haygert Pantaleão
Vanessa Fiorini

RESUMO

O presente artigo está baseado na contribuição acadêmica de José de Souza Martins, com o livro *Os Camponeses e a Política no Brasil*. O objetivo deste artigo é apresentar contextualizando historicamente e trazendo para a atualidade os números e índices que resultam da árdua luta pela terra nos dias atuais e que persistem avançando sem que uma resolução de fato se instaure ao que concerne a reforma agrária, esta muitas vezes prometida pelos governos e tão sonhada pelos sem terra.

Palavras chave: Conflitos no campo, movimentos sociais e violência.

ABSTRACT

This article is based on the academic contribution of José de Souza Martins, with the book *The Peasants and Politics in Brazil*. The objective of this paper is to present historically contextualizing and bringing to the present numbers and indexes resulting from the arduous struggle for land in present day and persist without moving a resolution in fact initiate the respect to land reform, this often promised by governments and awaited the landless.

Keywords: Conflicts in the field, social movements and violence.

1. INTRODUÇÃO

A história do campesinato Brasileiro, sempre insubmisso contra a expropriação de terra por grandes proprietários, contra a dominação pessoal e contra a exploração econômica bastante evidente no capitalismo, é marcada por lutas e conflitos, que ao longo dos tempos não foi resolvida nem diluída, fazendo-se presente ainda nos dias atuais dentre as pautas dos movimentos sociais.

A luta pela terra, fundamento da dominação e exploração, se torna também a luta pela vida, fazendo com que ocorra um confronto direto entre os camponeses, latifundiários e o Estado. Dessas lutas camponesas pela posse de terras, movidas pelos movimentos sociais que foram e ainda são violentamente combatidos e criminalizados surge à problemática da violência que traz em seu bojo uma forte repressão acompanhada de muitas mortes, atentados, trabalho escravo e expropriações de terras dos povos originários, camponeses e posseiros.

2. ORIGEM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

No Brasil, assim como em diversos países ao redor do globo, a questão da terra é um problema ainda não resolvido, os trabalhadores que dela necessitam para sobreviver têm o seu direito cerceado por uma burguesia que detém grandes quantidades de terra e dela retira seu lucro e seu status através da exploração do camponês, determinando sua condição parafraseando Caio Prado Jr, portanto o papel que sempre coube a cabe aos trabalhadores do campo é fornecer mão de obra a uma minoria dirigente privilegiada.

As questões sociais no campo, e seus conflitos, acontecem no Brasil desde sua origem, entretanto o caráter desorganizado que os compunham e suas particularidades regionais fazem com que os deixemos neste momento um pouco a margem, e nos concentremos nos movimentos oriundos do período da formação da república no Brasil, uma vez que neste período começam a se formar os movimentos sociais rurais que vão dar origem aos movimentos como conhecemos hoje.

Segundo José de Sousa Martins (1981) as causas destes movimentos formados no período da instauração da república no Brasil não tiveram sua origem na queda da monarquia, mas sim em leis anteriores que dificultavam o acesso dos pobres a terra, como a Lei de Terras (1850), e também pela abolição da escravatura. Este período que vai de 1889 a 1940 apresenta um primeiro momento das lutas no campo, e é fortemente marcado por duas vertentes, o messianismo e o cangaço.

No regime político da época, o coronelismo imperava, e, portanto a questão da terra tinha uma importância enorme na manutenção do status dos coronéis, devido a isto a dificuldade para aquisição de terra por parte do povo era muito grande, com isto, e em confronto a figura do coronel surge o cangaço, que como Jose de Sousa Martins coloca “representava um questionamento do poder dos coronéis” e que teve como expressão mais forte a figura de Lampião. Este cangaço tem como principal região de atuação o nordeste brasileiro e em certos momentos chegou a misturar-se com os movimentos messiânicos.

Os movimentos messiânicos tinham este nome devido ao caráter religioso imputado ao movimento por suas lideranças, e destes movimentos podemos destacar Canudos (1896-1897), ocorrido no sertão baiano, e o Contestado (1912-1916), que teve seu desenvolvimento no oeste de Santa Catarina.

Tanto o messianismo quanto o cangaço “definiram os limites da rebeldia camponesa no âmbito do coronelismo”. Entretanto não foram suficientes para acabar com os problemas oriundos da má distribuição de terra por todo território nacional.

A partir de 1940 as lutas no campo passam a ser radicais espontâneas e localizadas, mas já não possuíam mais um caráter messiânico como anteriormente, e ainda careciam de uma organização por parte dos camponeses para alcançar objetivos mais diretos. Organização esta que vem na década de 50 quando surgiram a Ultab (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), as Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra).

Porém a política implantada pelo governo federal ainda tinha um viés de uma reforma agrária por etapas, com indenização em dinheiro e títulos aos proprietários das terras utilizadas neste processo.

Neste momento Jose de Sousa Martins coloca como havendo uma disputa entre igreja católica, PCB e as Ligas Camponesas pela hegemonia da organização lutas sociais no campo, e é neste quadro que em 1962, no governo de Jango, que se cria a regulamentação da sindicalização rural, levando assim, após muitas disputas entre os grupos, a criação em 1963 a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura).

Entretanto com a ditadura militar que tem início em 1964 a um grande retrocesso nos movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, militantes e líderes foram mortos ou perseguidos e os movimentos mudaram suas características, tendo alguns militantes optados pela luta armada, dentre as quais se destaca a guerrilha do Araguaia, e já outros mantidos sua luta pelos dispositivos legais ainda vigentes.

Durante o governo militar é criado o estatuto da terra que permitia a desapropriação da terra para fins de assentamento agrário em casos de tensão social, contudo durante o mesmo período esta legislação tenha permanecido ineficaz com a letargia com a qual o governo olhava para a questão da terra.

Somente ao fim dos governos militares a organização social no campo volta a acontecer, e neste contexto surge em 1984 o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o apoio da Comissão Pastoral da Igreja e de diversos setores da sociedade, o MST tem como um dos seus principais marcos o acampamento na fazenda Anoni no Rio Grande do Sul.

A via campestre originou-se em 1992, e é um movimento de natureza internacional, no Brasil abrange muitos movimentos sociais em prol do trabalhador da terra, dentre eles o MST.

A luta pela terra ainda tem um longo caminho a percorrer no Brasil para que suas desigualdades sejam minimizadas ou mesmo apagadas do contexto brasileiro, e a importância destes movimentos é respaldada por parte dos pensadores modernos, como por exemplo, Noam Chomsky, lingüista americano e socialista libertário, que ao visitar um acampamento do MST no Rio Grande do Sul antes de sua palestra no Fórum Social Mundial em 2003, definiu o movimento como “o mais importante do mundo”.

3. O TRABALHO ESCRAVO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Os negros, então, livres do trabalho escravo, mas impedidos de ter sua terra pela Lei de Terras que foi promulgada em 1850. Hoje, passados mais de 100 anos da assinatura da Lei Áurea e o nosso País ainda convive com as marcas deixadas pela exploração da mão de obra escrava. No Brasil, a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo e desrespeito aos direitos humanos.

Segundo cálculos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), existem no Brasil 25 mil pessoas submetidas às condições análogas ao trabalho escravo. Os dados constituem uma realidade de grave violação aos direitos humanos, que envergonham não somente os brasileiros, mas toda a comunidade internacional. Dados apontam que de 1995 a 2010, 38 mil escravos foram libertados no Brasil pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho. Os empregadores flagrados têm seu nome publicado na chamada “lista suja” e são impedidos de terem acesso a financiamentos de bancos públicos e de alguns privados.

O sistema que garante a manutenção do trabalho escravo no Brasil contemporâneo é ancorado em duas vertentes: de um lado, a impunidade de crimes contra direitos humanos fundamentais aproveitando-se da vulnerabilidade de milhares de brasileiros que, para garantir sua sobrevivência, deixam-se enganar por promessas fraudulentas em busca de um trabalho decente. De outro, a ganância de empregadores, que exploram essa mão de obra, com a intermediação de “gatos” e capangas que levam o trabalhador as fazendas, estes que após instalados, e adquirem dívidas com o empregador que anota no caderninho – comida, produtos de higiene, alojamento, equipamentos de proteção e até instrumentos de trabalho – e é preciso pagá-la para poder deixar o local de trabalho. Em todas as etapas do processo, há o trabalho humano. Mesmo que a produção seja mecanizada, houve muito trabalho anterior para chegar àquela tecnologia.

Outras formas de retirar a liberdade do trabalhador são a retenção de salário, a retenção de documentos, o isolamento geográfico e as ameaças físicas e psicológicas.

Mais de 50% das pessoas resgatadas em condições análogas ao trabalho escravo no Brasil são jovens com menos de 30 anos, do sexo masculino e a maioria migrante do Nordeste, segundo levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Os dados são resultado de pesquisa realizada entre 2006 e 2007 em Mato Grosso, Pará, Bahia e Goiás. Os quatro estados estão no topo da lista de denúncias. Durante o levantamento, 121 trabalhadores foram ouvidos pelos coordenadores em 10 fazendas durante operações do Grupo Móvel, composto por Auditores Fiscais do Trabalho, procuradores, Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais.

Quase 80% dos trabalhadores libertados nesses estados são negros, (pretos e pardos), o que, segundo a OIT, é uma proporção significativamente maior do que a encontrada no conjunto da população brasileira (50,3%) e até mesmo nas regiões Norte (76,1%) e Nordeste (70,8%).

Os dados usados pela OIT, compilados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), mostram que de 1995 até 2011 praticamente 40 mil pessoas foram libertadas em todo o país. Porém, segundo dados da OIT e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 50% das denúncias de trabalho análogo a de escravo estavam concentradas no Pará, entre 1995 e 2008, sendo que Mato Grosso registrou quase 30% no mesmo período.

Em mais da metade das fazendas pesquisadas, de acordo com a OIT, foi constatado que a utilização de mão de obra escrava no Brasil está no setor da pecuária e agricultura. Informações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) listados no relatório, demonstram que nas cidades os trabalhos forçados se concentram principalmente nas indústrias de confecção. Durante a pesquisa, apenas uma mulher foi encontrada em condições análoga à escravidão. Segundo o banco de dados do MTE, baseado no Cadastro Geral dos Empregados e

Desempregados CAGED, apenas 4,7% dos resgatados nos últimos 15 anos eram do sexo feminino.

Apesar da complexidade do trabalho escravo, o Brasil é apontado pela OIT como um exemplo mundial no combate a essa prática criminosa. Entre as punições às empresas que utilizam esse tipo de mão de obra estão a restrição ao crédito e a impossibilidade de conseguir financiamento público.

4. VIOLÊNCIA CONTRA O ÍNDIO

Muito antes da chegada dos portugueses em 1500, diversos povos indígenas habitavam o Brasil. Cada povo tinha seus próprios costumes, possuíam contato total com a natureza, da qual tirava seu sustento, os indígenas davam muita importância aos rios, animais e plantas, tratavam suas doenças com ervas e faziam rituais religiosos. Calcula-se que haviam de três a quatro milhões de índios no Brasil. Atualmente estima-se que existam apenas 400 mil indígenas.

A invasão dos portugueses, inicialmente não chegou a ser predominantemente conflituosa, esses dependiam dos indígenas para migrarem para dentro das matas, com o objetivo de extrair o pau-brasil.

No decorrer do processo de colonização, a agricultura passa a ser a principal atividade econômica, e o padrão de convivência passou a sofrer alterações. A partir desse momento o índio passou a ser um obstáculo para o branco, pois residia em áreas de interesse, então iniciava-se um processo de expulsão dos índios de suas terras, perseguindo-os e escravizando-os, deixando-os numa condição subordinada.

Os jesuítas sob comando da Igreja cumprem um papel significativo nesse processo, ao catequizarem os índios. A intenção era de anular sua cultura e tradições religiosas, além de redistribuí-los de acordo com os interesses dos colonizadores, desta forma os índios foram aos poucos perdendo sua cultura, suas terras e sua identidade.

A primeira fase do escravismo indígena teve início no litoral, praticamente todos os indígenas que viviam na costa brasileira foram vitimados, principalmente os de língua Tupi, que possuíam uma tradição agrícola e devido ao intercâmbio que mantiveram com os portugueses durante o período pré-colonial, por meio de escambos de mercadorias.

Analisando em particular o estado de Santa Catarina podemos verificar que esta região era habitada pelos grupos indígenas Xokleng e Kaingang, ambos oriundos do grupo Jê e Tapuia,

estes que por estarem distantes do litoral foram de certa forma preservados do extermínio liderados pelos colonizadores portugueses.

A partir do século XIX os grupos indígenas começaram a ser afugentados pelos europeus, o governo e os próprios colonos pagavam tropas bugreiras para massacrar tribos, escravizar crianças e algumas mulheres jovens, atitudes que acabaram por chocar moradores locais, da província e do país. Em consequência disso em 1912 houve a demarcação de terra, e a criação da reserva em Ibirama com 30 mil hectares, a mesma que atualmente vive um conflito constante com os posseiros, madeireiros e cafuzos oriundos do Contestado, em disputa por um espaço que era destinado apenas às tribos indígenas.

A expansão da agricultura, os projetos desenvolvimentistas, o agro e o hidro negócio, a extração da madeira, causaram conseqüente diminuição de áreas para a subsistência das tribos. Atualmente os indígenas vêm enfrentando dificuldades para manter suas origens, jogados na miséria, no alcoolismo, nas drogas e sofrendo todo tipo de violência.

Todavia a violência continua acontecendo até os dias de hoje num processo de extermínio desse povo originário, devido ao pouco interesse do governo e dos órgãos competentes para demarcar suas terras.

Pode-se dizer que há um sucateamento da FUNAI, que muitas vezes caminha em direção oposta ao discurso oficial. Sabemos que a demarcação de terras acontece a partir de muitas mobilizações, mas em consequência disso muitas lideranças são assassinadas, presas e torturadas.

A FUNAI, e o governo se mostram incapazes de cumprir com suas obrigações, isso ocorre porque são suscetíveis as pressões de grupos econômicos contrários aos direitos indígenas. O poder público segue pelo caminho traçado pelas elites econômicas, que buscam extrair toda riqueza existente nas terras, no subsolo, nas águas e nas matas.

5. CONFLITOS NO CAMPO UMA ATUALIZAÇÃO.

5.1 Trabalho Escravo

Com as ações de prevenção, a divulgação do tema, objeto de campanhas, as denúncias de trabalho escravo ganham novas proporções. Os trabalhadores agora sabem que a situação que lhes é imposta, não tem nada perto de “normal” ou “cultural”, é um crime que deve ser

denunciado. Os fatores que fazem o trabalho escravo ainda mais visível, estão em territórios onde há a expansão sem limites do agronegócio.

O trabalho escravo está associado à evolução das fronteiras agrícolas do Brasil, e segue o caminho do agronegócio, o qual “se tornou a menina dos olhos das políticas públicas para o campo”. As carvoarias que sacrificam homens e matas, na produção do aço, nas pegadas do gado, na lavoura de soja, no “boom” do etanol que ressurgiu de norte a sul, ressuscitando canaviais.

Todos esses elementos ajudam a entender a evolução dos números, que se exacerbam pela persistência de situações antigas e o surgimento de novas.

As pesquisas referentes registros anuais de casos de trabalho escravo após uma intensificação da fiscalização, mudam de patamar a partir de 2002, que passam de 20 casos oscilando para uma estatística de 230 a 280, nos anos de 2007, 2008 e 2009 (cf. dados da Comissão Pastoral da Terra) pesquisados neste trabalho.

O estado com maior incidência é o Pará que lidera esse ranking com números expressivos de denúncias e com libertações expressivamente menores, cerca de 47% dos trabalhadores envolvidos são libertados.

5.2 Violência contra o indígena

Os povos indígenas convivem com uma série de conflitos para manter suas terras, ou para recuperá-las. O ano de 2007 foi considerado o ano mais violento das últimas décadas tendo registrado 89 assassinatos.

Muitas comunidades indígenas são desestruturadas pela falta de terra, são colocadas em espaços minúsculos ou acampamentos beira de estrada, suscetíveis a violência, além de serem empurrados para a escravidão temporária, iludidos, aliciados, que veem no trabalho dos cortes de cana a oportunidade única de vender sua força de trabalho.

Após décadas de espera a única forma de reconhecimento das demarcações de terras tem sido por meio das retomadas. Nesses processos as comunidades indígenas são violentamente agredidas, alguns índios são torturados, presos e assassinados. Essa triste estatística é percebida quando analisamos os dados que seguem abaixo, onde em evidência temos o estado do Mato Grosso do Sul com 37% dos casos registrados.

5.3 Violência contra a ocupação e a posse, os números da barbárie.

O avanço do agronegócio continua trazendo consigo suas principais características sociais: a violência e a barbárie. De um modo geral podemos dizer que o governo Lula, conseguiu uma diminuição no número de conflitos de terra, nas ocupações, no número de famílias novas acampadas, mas revela um aumento no número de conflitos relacionados ao trabalho escravo.

O grito de acusação das vítimas dos conflitos agrários atinge toda a sociedade brasileira. Esta mesma sociedade que pratica uma violência estrutural, contra os pobres do campo e seus aliados. As mortes e atentados refletem o modo de produção capitalista que defende desde seu início a propriedade privada, os lucros e apropriação de recursos de uma classe.

Os números demonstram de forma evidente que o Brasil está longe de resolver a questão agrária, mas como define Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2008): Portanto, a continuidade dos conflitos revela, também, que o campesinato brasileiro, principalmente sem terra, continua sua marcha histórica de luta pela conquista da terra. Trava desta forma, luta renhida, aberta e direta contra o agronegócio que se revela sempre como agro banditismo.

6. CONCLUSÃO

No processo de pesquisa deste trabalho, foi possível aprimorar os conhecimentos sobre os aspectos ontológicos da questão agrária no Brasil que segundo Jose de Souza Martins, se faz muito evidente no bojo das questões sociais brasileiras. As tensões geradas no processo histórico do país revelam a falta de políticas públicas direcionadas para redistribuição de terras.

O modelo de desenvolvimento agrário baseado na concentração da terra é a raiz de todos os conflitos gerados no campo, resultando em índices elevados de violência, que se revelam latentes no embate dos movimentos sociais nas lutas pela terra.

A conclusão a que chegamos é que a questão agrária permanece sem uma solução evidente, o que nos leva a pensar que as mudanças sociais políticas e econômicas, só serão alcançadas em nosso ponto de vista e também de acordo com a análise das Políticas Sociais do Desenvolvimento Rural do IPEA, a partir do momento em que a reforma agrária for uma prioridade das políticas de governo, sendo, portanto necessária a existência dos movimentos sociais.

REFERENCIAS

- CANUTO**, Antonio et al. Conflitos no Campo. Comissão Pastoral da Terra. Nacional Goiânia, 2007.
- CANUTO**, Antonio et al. Conflitos no Campo. Comissão Pastoral da Terra. Nacional Goiânia, 2008.
- CANUTO**, Antonio et al. Conflitos no Campo. Comissão Pastoral da Terra. Nacional Goiânia, 2010.
- CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO. Outros 500 Construindo uma Nova História – CIMI – São Paulo: Editora: Salesiana, 2001.
- DOSSIÊ DO TRABALHO ESCRAVO EM SANTA CATARINA. Coletânea de Documentos para entender o Trabalho Escravo. Agosto de 2011. Apostila Seminário Estadual SC.
- HECK**, Egon. Triste Título. Campanha–movimento Povo Guarani Grande Povo. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.missilogia.org.br/cms/UserFiles/cms_artigos_pdf_81.pdf >acesso em 18/11/2011.
- MARTINS**, J. de S. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984..
- MARTINS**, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. 3º Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- SCHIEFFELBEIN** , Flamariom Santos. Matar Bugres: Xokleng e a colonização do Alto Vale do Itajaí. Disponível em: <http://www.revistapersona.com.ar/Persona65/65Flammariom.htm>>acesso em 18/11/2011.
- SUTTON**, Alison. Trabalho Escravo “Um elo na cadeia da modernização do Brasil de hoje”. Edições Loyola. São Paulo SP.
- TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL. Em Revista, 2004. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/download/er6alt.pdf>> acesso em 08\12\2011.
- http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_cap07.pdf
- ZEROQUATRO**, Fred, CANALE Gabriela. Noam Chomsky passa a tarde em assentamento. http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10941